

HUM@NÆ

Questões controversas do mundo contemporâneo

v. 16, n. 1

FRONTEIRAS URBANAS, GENTRIFICAÇÃO, DESIGUALDADE E VIOLÊNCIA: a gênese socioespacial da violência nas cidades brasileiras

Fernando Pontual de S. LEÃO JÚNIOR¹
Cristóvão de Souza BRITO²

RESUMO

O estudo teve como propósito realizar uma revisão não sistemática acerca de análises realizadas por autores que tratam das correlações que permeiam a temática que aborda o presente texto. Referido propósito decorre do fato dos autores terem sentido, dadas as suas afinidades de pesquisa voltadas para as questões urbanas, a necessidade de reunir em um arrazoado as contribuições teóricas que se perfilam e, ao mesmo tempo, ressaltam nuances e lançam novos olhares sobre a complexa fenomenologia que deriva do quadro de desigualdades e de iniquidades que caracterizam a realidade urbana brasileira. Desse trabalho, resultou a constatação de peculiaridades, similaridades e variações nos achados e análises selecionadas, de tal sorte que veio de respaldar a possibilidade de generalizações conceituais acerca de externalidades que são comuns em todos os autores selecionados, além do que contribuiu com novas perspectivas e desdobramentos relacionados ao tema. Assim sendo, a violência urbana, como fenômeno complexo, apresenta conexão com a gentrificação e geram um modo de comunicação próprio, bem como um senso de identidade próprio das populações que foram afastadas, e desse modo ajudam a explicar a sua distribuição, forma e intensidade nos espaços urbanos brasileiros.

PALAVRAS-CHAVE: desigualdades sociais; exclusão social; fragmentação do espaço, violência, folkcomunicação.

1 Professor da Universidade de Pernambuco-UPE.. Email: fpontual@globo.com

2 Professor da Universidade de Pernambuco-UPE, da Faculdade Ide Ciências Humanas ESUDA. Email: cristovao.brito@ibest.com.br

Urban borders, gentrification, inequality and violence: the socio-spatial genesis of violence in Brazilian cities

ABSTRACT

The purpose of the study was to carry out a non-systematic review of analyzes carried out by authors dealing with the correlations that permeate the theme addressed in this text. This purpose stems from the fact that the authors have felt, given their research affinities focused on urban issues, the need to bring together in a rationale the theoretical contributions that are outlined and, at the same time, highlight nuances and cast new perspectives on the complex phenomenology that derives from the picture of inequalities and inequities that characterize the Brazilian urban reality. This work resulted in the observation of peculiarities, similarities and variations in the selected findings and analyses, in such a way that it came to support the possibility of conceptual generalizations about externalities that are common in all selected authors, in addition to contributing with new perspectives and developments related to the theme. Therefore, urban violence, as a complex phenomenon, has a connection with gentrification and generates its own mode of communication, as well as a sense of identity of the populations that were estranged, and thus help to explain its distribution, form and intensity. in Brazilian urban spaces.

Key-words: social inequality; social inclusion; urban fragmentation, violence, folk communication.

INTRODUÇÃO

O crescimento das cidades latino-americanas seguiu uma lógica de desigualdade econômica e social, com forte concentração de renda nas mãos de oligarquias políticas e respaldadas por forte base econômica. Nesse sentido, o fundamento da ocupação dos espaços urbanos sedimentou essas desigualdades a partir de um processo de territorialização subsidiado nas condições de renda das populações.

Instituiu-se um processo histórico de segregação espacial que ensejou e reafirmou uma situação de subserviência social, onde as classes mais abastadas ocuparam e continuam a se servir dos espaços mais interessantes para suas moradias e de intervenções urbanísticas voltadas para a sedimentação de empreendimentos comerciais, industriais ou turísticos, os quais contribuem para o crescimento contínuo das desigualdades sociais.

Ao tratar da gênese socioespacial da violência, busca-se inserir a questão espacial na discussão acerca do complexo fenômeno da violência urbana. Ao tentar estabelecer umnexo causal entre o desenho urbano e a violência praticada no âmbito das grandes metrópoles brasileiras, pretende-se trazer a ideia de disputa de interesses pelos espaços urbanos como elemento estruturador das relações sociais e econômicas destas realidades.

A segmentação socioespacial levada a cabo pelo forte processo de gentrificação, principalmente com os novos arranjos de governança local que instituíram uma gestão pública mais permeável aos interesses dos agentes econômicos de mercado, tem se aprofundado na medida em que a concentração de interesse da indústria da construção civil em determinadas áreas do tecido urbano promove um crescente processo de valorização imobiliária que é, em essência, excludente e emulador de clivagens sociais.

De um certo modo o mercado instituiu formas de financiar as ações das instâncias públicas, principalmente no âmbito municipal, após a Constituição de 1988. A nova Carta Magna engendrou um novo pacto federativo, no qual os municípios incorporaram novas responsabilidades, ao mesmo tempo em que a União continuou a ser a grande concentradora de recursos.

Em relação às grandes intervenções urbanas, a participação do setor privado passou a ser essencial à viabilidade dos propósitos governamentais, derivando daí uma certa contaminação entre os interesses público e privado. Consoante Leal (2004), a transição do ativismo social para o modelo de empreendedorismo urbano trouxe, como uma das consequências, a maior influência dos agentes econômicos e dos seus interesses nas decisões e direcionamentos da gestão pública.

Em decorrência disso, houve uma distorção nas ações dos gestores, no que tange à persecução dos seus objetivos profícuos, ensejando a necessidade de construir maior capacidade de mobilização e organização por parte dos movimentos sociais, no sentido de equalizar as condições de priorização dos interesses públicos e privados.

A gentrificação pode advir de um conjunto heterogêneo de causas, sendo em algumas situações conduzida de modo explícito e se utilizando de mecanismos de

coerção, como a desapropriação de terras, por exemplo. Já em outras situações o fenômeno ocorre de modo velado, a partir de políticas públicas que favoreçam a ação de empreendedores imobiliários, e conduzindo ao gradativo aumento dos impostos e dos custos de vida nesses espaços de interesse privado.

O presente trabalho busca compreender a violência urbana como um fenômeno econômico, social e territorial, relacionando o tema ao desenho das cidades e seus processos de gentrificação, e conseqüente segregação socioespacial, que constituem fronteiras urbanas, e estabelecem zonas culturalmente desvinculadas e plenas de identidades próprias e fragmentadas.

A violência desmedida e a crueldade excessiva observadas nas mencionadas áreas, retratam a realidade de uma apartação desses grupos sociais, levados que são a um exílio além fronteiras dos espaços de interesses para o capital, uma vez que são identitariamente afastados dos demais grupos que estruturam o tecido urbano. Razão pela qual, a divisão espacial acaba reforçando e legitimando esse distanciamento e validando situações de violência.

A gentrificação enquanto fenômeno fragmentário e socialmente excludente

O grande múnus imposto ao desafio de planejar o espaço das cidades se contextualiza inevitavelmente a um esforço conciliatório ou de harmonização de fatores e variáveis que historicamente concorrem de modo paradoxal para complexificar a fruição e o atendimento de um leque de demandas (habitação, lazer, negócios, serviços públicos, etc.) que nele se instauram, a saber: o crescimento vegetativo da população que nele habita e uma tendência crescente à inelasticidade da oferta de novos espaços, conseqüência do próprio crescimento demográfico.

Tal dificuldade vem sendo parcialmente contornada com soluções construtivas (produção e reprodução espacial) que atenuam a pressão que tais demandas exercem sobre os gestores e planejadores urbanos. Todavia, o custo social desses arranjos costuma produzir resultados não consistentes com uma expectativa de concertação dos interesses coletivos, haja vista que não se realiza numa condição de jogo de soma zero (condição de equilíbrio), dado que, inserido em um contexto de

arena de lutas, as desigualdades geradas incidem sobre os segmentos mais fragilizados da sociedade urbana, comprometendo o alcance de um ótimo paretiano (HARVEY, 1996) .

Originalmente, o conceito de gentrificação (*gentrification*) surgiu da necessidade de direcionar as políticas públicas e o planejamento urbano em sintonia com o crescimento da população urbana e com as demandas sociais que dele emanam de forma a evitar a deterioração dos bairros. Ocorre que o esforço de planejamento frequentemente conflita com os interesses sociais em jogo, ao acentuar as desigualdades de renda decorrentes da força que o capital financeiro e o empresarialismo urbano definem, ao impor com grande força, as suas prioridades em detrimento das classes de renda menos favorecidas (HARVEY, *op.cit*).

As consequências dessas desigualdades se traduzem numa congêrie de fatores (exclusão social, fragmentação e/ou degradação do espaço, gentrificação, entre outros) que se imbricam e/ou se entrecruzam, gerando clivagens no espaço citadino que reverberam em formações assemelhadas a nichos e guetos. Mencionadas formações são nada mais que simulacros de *apartheid* que assumem linguagens e comportamentos sociais reveladores das desconformidades que se originam de uma relação conflituosa no atendimento de demandas sociais de natureza difusa. Ou seja, requerimentos que emanam dos diversos estratos de população que constituem a essência do viver e do fazer urbano, mas que se convertem em combustível para as manifestações de crescente violência nas grandes cidades e metrópoles brasileiras.

A referida fenomenologia, entretanto, não é exclusividade de sociedades periféricas ao capitalismo central, como é o caso do Brasil. Ela se manifesta em matizes diversos e com gêneses diferenciadas nos quatro cantos do planeta. A violência como expressão de uma erupção de forças dissonantes no meio social urbano se origina de um contexto da cena cotidiana no qual interagem, conjunta ou isoladamente, aspectos perversos que derivam da desigualdade de renda, de fatores étnicos, de crenças e credos ou de sentimentos de supremacia em seus múltiplos aspectos.

À guisa de subsídio ao esforço de embasamento teórico concernente à temática tratada, foram pinçados relatos de estudiosos em alguns países do mundo

destacando os aspectos originários da correlação desagregadora observada entre a gentrificação e a violência urbana, criando um senso comum, o qual, no dizer de Smith (1996), os processos gentrificadores são geradores de uma luta de classes.

A violência como expressão de insatisfação com situações de ocorrência de gentrificação foi observada por Smith(1996) na cidade de Nova Iorque, onde uma onda de protestos foi relatada como resposta à ocupação dos espaços pela construção de um grande condomínio na B Avenue, nas proximidades do Tompkins Square Park, e o consequente despejo dos moradores que habitavam a área há bastante tempo. O autor destaca que grande parte das populações deslocadas da região eram afro-americanos, hispânicos, caribenhos e outras minorias presentes na sociedade americana. Destarte, percebe-se claramente que esses movimentos de mercado atuam como uma forma invisível de segregação e de remoção de habitantes indesejados para áreas mais periféricas. Smith narra que:

Em 14 de dezembro de 1989, no dia mais frio do inverno, toda a população sem-teto do parque foi despejada do parque, seus pertences e cinquenta shanties levaram-se para uma fila de caminhões de lixo do Departamento de Saneamento. [...] As autoridades finalmente fecharam o parque às 5:00 da manhã, em 3 de junho de 1991, expulsando entre 200 e 300 moradores do parque. (SMITH, 1996, p.5)

No caso em destaque, a mobilização dos despejados gerou um caos na cidade e levou a uma grande intervenção policial, permeada de muita violência e, ao mesmo tempo, gozou da satisfação dos novos moradores, que afirmavam cinicamente que os moradores não poderiam dormir na rua e, por isso deveriam ser retiradas do local, mesmo sabendo que a Prefeitura tinha capacidade de dar dormida a apenas 25% dos moradores, ou seja, eles continuariam na rua. A narrativa do autor denota o grau de violência física e simbólica envolvida no processo de gentrificação, além do distanciamento das atividades de emprego ou subsistência típicas das famílias despejadas. Como essas ações não foram acompanhadas de políticas de moradia para os despejados, estes acabaram por se fixar em novas localidades da cidade, construindo novas moradias precárias. Ou seja, no relato de Smith (1996), a gentrificação não resolve os problemas das áreas enobrecidas, na medida em que as externalidades negativas são transferidas de área em área e eventualmente voltam

seus efeitos sobre as áreas originais. De uma forma ou de outra, parte das populações voltam a vagar pelos espaços de onde foram despejados.

Para Smith esse processo se deu, no caso americano, pelo inicial desinteresse das classes mais ricas em morar nos centros urbanos, saindo em busca de áreas periféricas, em casas espaçosas e confortáveis, possibilitado em grande parte pelo advento do automóvel (SMITH, 1996; GLAESER & KAHN, 2004)

Em grande parte, abandonado para a classe trabalhadora, em meio à expansão suburbana pós-guerra, abandonado aos pobres e desempregados como reservas para minorias raciais e étnicas, o terreno do centro da cidade é de repente valioso novamente, perversamente lucrativo (SMITH, 1996, p.16).

O abandono dos centros urbanos foi um fenômeno típico da urbanização americana no pós-guerra, diante da expansão da indústria automobilística e dos baixos preços dos combustíveis, além de fortes investimentos em uma malha viária própria para a circulação adequada de automóveis (GLAESER & KAHN, 2004).

Não se pode afirmar que o processo de gentrificação latino-americano tenha ocorrido nas mesmas matizes, mas certamente não se pode negar que tenham havido fenômenos análogos aos narrados por Smith(1996), embora o contexto e as causas possam apresentar condicionantes distintas.

Uma primeira reflexão aponta para o fato dos centros urbanos das grandes metrópoles brasileiras terem perdido valor de mercado por motivos que vão além da suburbanização. A degradação se deu em grande parte pela modificação da superestrutura econômica dessas cidades, que passaram a deslocar os centros econômicos para novos espaços citadinos. Depreende-se daí que a mudança das bases econômicas conduziu um gradual deslocamento para as bordas das regiões centrais, que, na medida em que os moradores tradicionais buscavam novas áreas para residência, os preços dos imóveis tendiam a baixar, e foram atraindo um comércio popular, zonas de baixo meretrício. Ou seja, uma população mais pobre passou a ocupar tais áreas para fornecer serviços e produtos de baixo preço ou oriundos de contrabando.

Nesse sentido, os centros urbanos das grandes cidades passaram a apresentar níveis de degradação da infraestrutura e dos equipamentos urbanos, ao mesmo

tempo em que ainda eram percebidos como espaços de comércio informal e de concentração de alguns órgãos públicos, que demandam uma circulação de pessoas e tornam esses espaços atrativos ao comércio informal e de baixo padrão de preço. Esse movimento de repulsão das moradias de melhor padrão e atração de uma população menos abastada muda continuamente a configuração social dos centros das grandes cidades latino-americanas. Percebe-se que, diferentemente do fenômeno americano, as populações deixaram os espaços, mas mantiveram a posse dos imóveis, dificultando o repovoamento da área e favorecendo a informalidade e as invasões dos espaços abandonados. De forma cíclica, tal como a professora Rosenthal (2008) relata, as áreas se tornam baratas e passam, com o tempo, a tornarem-se atrativas ao capital imobiliário, que em conjunto com o poder público estabelece projetos de requalificação que visam à retomada do sentido de moradia dos centros urbanos.

Os atrativos históricos consolidados pelos projetos de requalificação e ressignificação transformam as convenções urbanas (ABRAMO, 2007) e voltam a atrair parcelas mais ricas da população. Esse fenômeno tende a configurar a lógica de movimentação urbana, aumentando gradativamente o valor dos imóveis e todas as consequências desse aumento. A tributação se torna mais alta, a necessidade de cumprir normas de convivência social mais severas levam a uma gradual repulsão das populações mais pobres, que dependem fundamentalmente da informalidade para sobreviver. Essas vicissitudes são fortemente observadas em cidades brasileiras. Mesmo as políticas habitacionais mais alinhadas a uma visão popular acabam se desvirtuando e apresentando resultados de segregação.

Consoante Rolnik *et al.* (2015), o processo de urbanização no Brasil apresenta a exclusão como uma característica intrínseca, constituindo uma lógica de reforço das condições de desigualdade no tecido social. A autora analisou o impacto do Programa Minha casa Minha Vida na exclusão e segregação espacial. Os resultados indicaram que há uma tendência das moradias nas faixas de preços menores se situarem nas bordas das áreas centrais, geralmente menos ou nada providas de infraestrutura urbana e distante das áreas de maior oferta de emprego. As periferias apresentam condições de infraestrutura altamente precárias e uma significativa presença de

atividades informais como atividades de subsistência dos grandes contingentes populacionais residentes. Para a autora, as políticas públicas de habitação popular tendem a instituir uma lógica capitalista, colocando maior parte do poder de decisão para os incorporadores imobiliários e as construtoras, levando a um processo de escolha dos terrenos para novas áreas de ocupação a partir de uma lógica de custo baixo. As áreas mais periféricas e sem infraestruturas urbanas minimamente aceitáveis tendem a apresentar valores mais baixos. Nesse sentido há um gradual processo de migração das populações mais pobres para essas áreas. Esse processo também ocorre em países centrais como relatado por Mendes (2017). O autor afirma que as políticas públicas de atração de investimentos imobiliários institucionalizaram processos massivos de gentrificação em Portugal. Destaca o viés ideológico, que ensejou uma nova governança urbana. Para ele:

a viragem neoliberal recente na política urbana em Portugal, responsável por ter criado as condições para um urbanismo austeritário, legitimando a ideologia da necessidade "natural" e "inevitável" da turistificação nos bairros históricos de Lisboa, no período do pós-crise capitalista de 2008-2009" (MENDES, 2017, p.479).

Diante de uma situação de precariedade urbana e distante das áreas que oportunizam condições de empregabilidade, com a presença mínima do Poder Público e identitariamente distantes dos centros econômicos urbanos, esses estratos da população cidadina tendem a articular formas alternativas de poder e obtenção das condições sociais mínimas.

Nas cidades latino-americanas a precariedade das zonas periféricas é significativamente maior do que nas cidades norte-americanas ou europeias, agravando um processo de periferização em favelas abjetas, completamente alheias às intervenções das prefeituras ou recebendo atenção mínima por meio de ações pontuais, muito mais oriundas de políticas de Governo do que de uma política de Estado consistente e contínua.

A CLIVAGEM CULTURAL E A VIOLÊNCIA URBANA

A formação do tecido social e o sentimento de pertencimento a um grupo se dá mediante uma profusão de aspectos que ora homogeneízam, ora estabelecem

rupturas dentro do contexto social. A formação cultural se dá mediante a consolidação de ritos e práticas instituídas ao longo do tempo e conduzem, por meio da habitualidade, a uma gradual sedimentação de valores socialmente compartilhados por um determinado grupo social (BERGER E LUCHMAN, 2004).

O sentido de pertencimento se estabelece no bojo da constituição cultural dos grupos sociais e as condições de coesão vão se firmando ao longo do referido processo. Esse processo não é linear, tampouco as culturas são homogêneas, entretanto, dentro do grupo social apresentam mais similitudes do que divergências. Em alguns aspectos os componentes do grupo se veem como parte do grupo mais amplo, em virtude de que a vicinalidade e o compartilhamento, ainda que desigual, do espaço comum, patrocina um sentimento coletivo de pertença e de construção da identidade local reforçada pela tradição histórica, pelo desenvolvimento da cultura e afirmação de hábitos, costumes e modos de falar a denotarem traços distintivos e típicos em relação a outras localidades (HOBBSAWM, 1998).

Todavia, os anos 90 se transformaram em marcos emblemáticos de uma mudança brusca nos meios de comunicação, a partir da qual se iniciou um movimento acelerado de acesso às redes sociais pelos diversos estratos da sociedade, principalmente pela disseminação do uso dos celulares. A mencionada mudança veio de patrocinar, a partir de então, uma maior visibilidade acerca das realidades cotidianas do viver em sociedade, expressamente manifesta pela dinâmica construtiva e disseminadora de novas percepções acerca das desigualdades e injustiças produzidas na ambiência urbana.

Ao mesmo tempo em que tal fato democratizou o acesso à informação, ficou perceptível, também, o gradiente escalar com que tal recurso promoveu e ampliou as possibilidades de um processo de aculturação em meios sociais fragmentários e excludentes, o qual veio de ampliar o evoluir e as potencialidades de novos modos de expressão e de comunicação que se incorporam aos hábitos, costumes e cultura dos grupos sociais insertos em ambientes nos quais as contradições e os conflitos de interesse coabitam com os desafios do viver cotidiano.

Se por um lado as possibilidades expandidas do acesso à informação e à comunicação promoveram a conscientização coletiva das comunidades nos grupos

sociais periféricos e assentamentos domiciliares subnormais (favelas e guetos), de outro lado adensaram e enriqueceram o acervo cultural manifestamente resultante das vivências e da criatividade de grupos e de indivíduos que ativaram, no caso brasileiro, os movimentos tipo ‘manguebeat’, a endogenização do rap e do funk e o empreendedorismo social como alternativas que subvertem a lógica de inação e de subordinação da gestão pública aos interesses das classes mais abastadas e dos agentes do capital. Os contributos contínuos que derivam dessas novas tendências, além de enriquecerem positivamente o constructo da ‘folkcomunicação’, permitem a atualização de uma leitura que, a um mesmo tempo, não deixa calar a consciência coletiva acerca dos problemas, dramas e consequências que se rebatem e impactam a vida de cada ser vivente nesses lócus complexos. Tampouco, deixa passar em branco o compromisso de um débito que governos, agentes econômicos e sociedade civil têm que assumir, sob pena de terem que arcar com os riscos de um jogo que não produz o equilíbrio, dada a sua dinamicidade, e cujos malefícios resultam do fato de não se tratar de um jogo de soma zero (HARVEY, 1996, *op.cit.*).

Assim, o sentimento intergrupar de que o cotidiano dessas localidades é escrito conjuntamente por diferentes estratos sociais, os quais adicionam a este caldeirão multifacetado de interesses - a cozinhar vivências díspares - a leitura poética e romantizada do olhar sobre a cidade, sugerindo a existência de laços que atenuam a crueza do viver a realidade urbana. Tal comportamento, no entanto, dá visibilidade a um sentimento que exterioriza uma leitura dissimulada dos embates, dos conflitos e da violência que endogenamente compõem a cena diária de um *modus vivendi* que destoa da imagética estereotipada, a mascarar a realidade do dia a dia.

Entretanto, longe disso, a cidade real é sobeja em proporcionar as evidências factuais diárias, através da mídia em geral, de que as desigualdades, os conflitos, as injustiças e a violência não passam despercebidas, mas, sobretudo, ela escancara os dramas e os indicativos de que a escalada das mazelas sociais é diretamente proporcional ao tratamento desigual e seletivo que patrocina a gestão urbana, através dos interesses mercantilistas no contexto empreendedorista urbano.

Desse modo, subjaz um imperativo que se impõe como impulso primeiro a desencadear o gradiente temático que dá título ao presente trabalho: o direito à

moradia como uma pretensão precarizada e permanentemente vilipendiada pelos interesses capitalistas, na medida em que os espaços urbanos se convertem, gradativamente, em bens de oferta inelástica, em decorrência do adensamento demográfico.

A fenomenologia que emerge dessa ontogênese impositiva e irrecusável, pinça todas as variáveis que se incorporam a um processo deletério de construção de um cenário que encerra contradições e paradoxos. Os quais se replicam em efeito cascata, delineando o caudal de perversidades presentes nos estudos realizados, em todo o mundo, acerca dos mecanismos propagadores de exclusão social e uso fragmentário do espaço nas cidades.

Assim, não constitui mera coincidência o fato de se identificar em tais mecanismos, as comunalidades presentes na fenomenologia em análise. Há registros, em vários estudos, da existência de pontos comuns a se reproduzirem, seja no Brasil, ou alhures, como reflexos ou consequências desse aspecto crucial e inerente ao ser humano, o qual consiste no inalienável e problemático direito à moradia, que advém, entre outras razões: das clivagens de natureza econômica (renda), as clivagens de cunhos étnico, cultural, e racial, a gentrificação e a periferação urbana, e, coroando essa ordem de coisas, os conflitos sociais e a violência urbana.

Como argumento de reforço a essa percepção de similaridades e de prevalência desse princípio produtor de desigualdades a que o presente trabalho toma como ponto nodal (o direito à moradia), proliferam vários estudos que convergem para uma identificação dos interesses do capital financeiro, em especial, do capital imobiliário, enquanto vértices propagadores de desigualdades e de gentrificação. Assim, autores como Zürcher (2019) arrematam seus estudos afirmando que:

Legatários de diferentes enfoques teóricos acerca da pobreza e das desigualdades sociais, que engendram, por sua vez, as desigualdades no acesso à moradia digna, esses estudos convergem, no entanto, ao apontar a persistência de um mesmo padrão de manifestação da problemática habitacional, a saber, a segregação espacial dos mais pobres nos contextos urbanos, caracterizando o que tem sido recorrentemente tratado pelos estudiosos do tema como a negação do direito à cidade, que redundam, por seu turno, na negação do direito à própria cidadania.

Por sua vez, Silva e Silva (2011), ao analisarem a questão da exclusão social em suas múltiplas manifestações (econômica, étnica, racial e cultural), destacam conclusivamente, em estudo de caso referente a Oleiros-Vilaverde (Portugal), que:

Revela-se, assim, urgente reconstruir espaços sociais e políticos que permitam a aceitação e o reconhecimento do diferente ou do estranho, da sua identidade sociocultural, dos seus modos de vida para, a partir daí, obter vivências reais de multiculturalidade, sem que tal implique a subordinação ou subalternização de uma cultura pela outra.

Retomando o foco nos estudos relatados na experiência brasileira relacionada à temática em análise, Hughes (2004), destaca em seu artigo, o qual constituiu um excerto de sua tese acerca da segregação socioespacial e da consequente violência urbana registrada na Cidade de São Paulo, ações que foram eficazes, à época, em mitigar as mazelas decorrentes dessas vicissitudes, ainda que denote a preexistência do deslocamento gentrificador a produzir a periferização, a ocupação das franjas e o espraiamento das fronteiras da cidade como uma consequência avassaladora e imponderável da progressão capitalista no meio urbano. Partindo desse pressuposto de capitulação da gestão urbana ao ordenamento aleatório imposto pelo capital financeiro, o autor destaca três políticas públicas que arrefeceram o impacto da correlação direta observada entre segregação espacial e violência.

A primeira delas, destaca a criação de subprefeituras nos bairros, a disseminação de um processo crescente de inclusão digital e implementação de centros educacionais unificados como forma de aproximar o poder público da sociedade, dando visibilidade a um propósito da gestão pública de acompanhar a progressão das demandas sociais decorrentes desse contínuo evoluir das perversidades que o capital financeiro patrocina no lócus urbano. A segunda ação, voltada mais diretamente para a prevenção de conflitos e combate à violência, foi a criação do policiamento preventivo e comunitário, apoiado pela guarda municipal, pela criação de uma secretaria municipal de segurança urbana e por comissões civis comunitárias encarregadas de mapear os focos de produção da violência e produzir informações para os aparatos da segurança. Ainda assim, o autor ressalta que tais ações resultam de um reconhecimento do caráter errático e imprevisível na evolução das formações sociais periféricas ao delinear uma “arquitetura da violência” (LEITE, 2004, apud HUGHES, 2004) a exigir providências que se ajustem ao caráter precário

característico de assentamentos comunitários onde vicejam infraestruturas incipientes ou degradadas. A terceira ação, denominada de Projeto Bairro Legal, voltou-se a um propósito de desenvolver estratégias de intervenção adequadas ao mister de aprofundar “o papel da qualificação habitacional na diminuição da violência” (HUGHES, 2004, *opus cit*).

Considerando-se os arremates conclusivos apresentados pelos autores citados nos parágrafos antecedentes, percebe-se que a despeito das diferentes óticas de abordagem adotadas, evidencia-se, ainda que modo subliminar, que em todos eles fica o sentimento de uma inelutável captura ou subordinação do poder público aos ditames do capital financeiro nos lócus urbanos, decorrente de sua lógica de acumulação. Daí ser forçosa a criação de estratégias adaptativas, adotadas como pano de fundo, para que as demandas sociais que afloram nesse quadro de desigualdades e de convivência entre grupos sociais segregados, sejam mediadas por políticas públicas de temporização dos problemas, ainda que aos custos: da negação do direito à cidadania e à moradia (ZURCHER, 2019, *op.cit*); da aceitação das diferenças (SILVA *et al*, 2011, *op.cit*) e de ações políticas improvisadas a se contraporem às mutações de uma “arquitetura da violência”, a que se refere Hughes (LEITE, 2004, apud HUGHES, 2004).

A REVISÃO DE LITERATURA COMO RECURSO ANALÍTICO E METODOLÓGICO

Os aportes teóricos referenciados nas seções anteriores reforçam o fio de condução que o estudo em lide privilegiou, ao optar por um recurso de análise estruturado numa revisão bibliográfica de caráter narrativo. Trata-se, portanto, de um processo de pesquisa desprovido dos rigores da revisão sistemática (BOTELHO et al, 2011; UNESP, 2008). Ou seja, por meio de um levantamento de estudos e informações sobre o estado da arte relacionado à temática tratada, busca-se obter respostas, por meio de aproximações sucessivas e alinhamento dos resultados compilados nos referidos estudos. Desse modo espera-se que um trabalho de correlação e de relações imbricadas entre os fenômenos estudados, possibilite o alargamento da base compreensiva e a consolidação das variáveis explicativas

atuantes nos processos de segregação e exclusão social. Acresça-se, também, que o cerne do artigo não busca responder a uma pergunta de pesquisa, mas apenas coligir um substrato de achados e de variantes pesquisadas, cujas imbricações possibilitem expandir o processo de compreensão em análise.

Vale ressaltar a aplicabilidade dessa variante de estudo de revisão, em virtude de que, uma vez reconhecido que o grau de subjetividade que envolve a temática tratada e que, dada a diversidade de enfoques, além da inumerável quantidade de trabalhos disponíveis, os quais abordam, diretamente ou transversalmente, as contradições espúrias produzidas na arena de lutas que caracteriza os espaços urbanos, tais óbices podem ser contornados através de uma triagem de estudos mais alinhados com a matriz de categorias de análise proposta a seguir.

TABELA I - MATRIZ DE CATEGORIAS DE ANÁLISE

CATEGORIAS DE ANÁLISE			CONSEQUÊNCIAS	
Determinantes	Foco de Atenção	Determinadas	Positivas	Negativas
1 - Capital Financeiro		I - Gestão Urbana	Parc. Púb/Priv	Fragment. do Espaço
			Parc. Púb/Priv	Fragment. do Espaço
2 - Gestão Urbana		II - Espaço Urbano	Gentrificação	Periferização Urbana
			Gentrificação	Periferização Urbana
3 - Desiguald. de Renda		III - Políticas Públicas	Mediaç. de conflitos	Exclusão Social
			Ativismo social	Exclusão Social
4 - Déficit Hist. de Ciudad.				Violência Urbana
				Violência Urbana
				Oferta de Espaço Inelást
				Oferta de Espaço Inelást

Fonte: Os autores

As categorias de análise apresentadas na tabela antecedente foram relacionadas em função do caráter de dominância ou de independência que certas variáveis (determinantes) exercem sobre outras variáveis (determinadas), uma vez reconhecido um processo de embates que se instaurou nos lócus urbanos, com a intensificação crescente de uma dinâmica globalizante, capitaneada por novos padrões de acumulação financeira a imprimirem uma inegável influência sobre as gestões urbanas, invariavelmente capturadas pelo poder invasivo que exercem (SASSEN, 1998).

Assim, na composição das variáveis que perfilam como determinantes das alterações espaciais no ambiente urbano, o “capital financeiro” (em especial, o imobiliário), desponta como o ponto de partida no contexto da proposta de análise sugerida no início desta seção. Isto por se constituir no princípio (des)ordenador, dada a sua condição de estar em condição hegemônica sobre as demais variáveis determinantes (gestão urbana, desigualdade de renda e déficit histórico de cidadania).

Todavia, o poder de influência exercido por cada uma das variáveis deste grupo, no que respeita aos seus respectivos impactos (focos de atuação), por sua vez, incide de modo específico (setas indicativas) sobre o grupo de variáveis determinadas. Note-se que para efeito do construto que orienta o levantamento dos autores alinhados com a temática de trabalho em lide, a variável “gestão urbana” assume a condição dual de variável determinante e de variável determinada, em virtude de estar sujeita a processos de cooptação exercidos pelo capital financeiro. Neste sentido, vale também destacar o papel de “eminência parda” que este exerce como elemento de pressão sobre as políticas públicas, ao manietar com seu poder de influência a gestão urbana.

Do rebatimento dos impactos das variáveis determinantes sobre as variáveis determinadas (gestão urbana, espaço urbano, políticas públicas) resultam variáveis respostas, caracterizadas na matriz proposta como consequências (externalidades positivas e negativas) destacadas na tabela pelos planos de fundo das células com cores diferenciadas, indicativas do impacto que as variáveis determinantes produzem sobre as variáveis determinadas. Há que se esclarecer que a proposta da matriz de condução para o levantamento dos autores e dos estudos considerados nesta revisão bibliográfica, não foi a de cobrir a diversidade de variáveis implícitas ao tema. Mas, tão somente, a de se restringir a um conjunto mínimo de variáveis que possa deflagrar um gradual e sistemático processo de seleção de análises, a qual, partindo de pontos de referência similares aos adotados na matriz proposta, possibilite uma consolidação, em caráter ampliado, do estado da arte e do rol de achados que

agreguem mais conhecimento acerca do assunto fronteiras urbanas, gentrificação e violência.

REVISÃO (NÃO-SISTEMÁTICA) DOS TRABALHOS MAIS RELEVANTES: REFLEXÕES SOBRE O ESTADO DA ARTE DO TEMA E SUAS PERSPECTIVAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS

No sentido de identificar possíveis relações entre os construtos apresentados, foram realizadas revisões de um conjunto de artigos que atenderam aos critérios de relevância das publicações e de aproximação ao tema estudado. Vale ressaltar que o presente estudo faz parte de preocupação dos autores em diversos trabalhos já produzidos em que a questão da violência urbana ou da criminalidade apareceu como uma decorrência natural no desenvolvimento da segregação socioespacial, como abordado por Leão Júnior e Brito (2011). Nesse trabalho, os autores verificaram uma correlação significativa entre as características socioeconômicas e os espaços ocupados na Cidade do Recife/PE.

Observou-se que há mais de uma centralidade urbana na cidade e que as distâncias relativas a essas centralidades impactam significativamente nas condições de renda e escolaridade das populações. Essas observações já demonstraram que há externalidades negativas associadas à ocupação dos espaços urbanos, assim como há externalidades positivas. No aspecto positivo podem se destacar a questão da arrecadação de tributos, legalização fundiária dos espaços, vale também destacar o papel de “eminência parda” que este exerce como elemento de pressão sobre as políticas públicas, ao manietar com seu poder de influência a gestão urbana.

Do rebatimento dos impactos das variáveis determinantes sobre as variáveis determinadas (gestão urbana, espaço urbano, políticas públicas) resultam variáveis respostas, caracterizadas na matriz proposta como consequências (externalidades positivas e negativas) destacadas na tabela pelos planos de fundo das células com cores diferenciadas, indicativas do impacto que as variáveis determinantes produzem sobre as variáveis determinadas. Há que se esclarecer que a proposta da matriz de condução para o levantamento dos autores e dos estudos considerados nesta revisão

bibliográfica, não foi a de cobrir a diversidade de variáveis implícitas ao tema. Mas, tão somente, a de se restringir a um conjunto mínimo de variáveis que possa deflagrar um gradual e sistemático processo de seleção de análises, a qual, partindo de pontos de referência similares aos adotados na matriz proposta, possibilite uma consolidação, em caráter ampliado, do estado da arte e do rol de achados que agreguem mais conhecimento acerca do assunto fronteiras urbanas, gentrificação e violência.

REVISÃO (NÃO-SISTEMÁTICA) DOS TRABALHOS MAIS RELEVANTES: REFLEXÕES SOBRE O ESTADO DA ARTE DO TEMA E SUAS PERSPECTIVAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS

No sentido de identificar possíveis relações entre os construtos apresentados, foram realizadas revisões de um conjunto de artigos que atenderam aos critérios de relevância das publicações e de aproximação ao tema estudado. Vale ressaltar que o presente estudo faz parte de preocupação dos autores em diversos trabalhos já produzidos em que a questão da violência urbana ou da criminalidade apareceu como uma decorrência natural no desenvolvimento da segregação socioespacial, como abordado por Leão Júnior e Brito (2011). Nesse trabalho, os autores verificaram uma correlação significativa entre as características socioeconômicas e os espaços ocupados na Cidade do Recife/PE.

Observou-se que há mais de uma centralidade urbana na cidade e que as distâncias relativas a essas centralidades impactam significativamente nas condições de renda e escolaridade das populações. Essas observações já demonstraram que há externalidades negativas associadas à ocupação dos espaços urbanos, assim como há externalidades positivas. No aspecto positivo podem se destacar a questão da arrecadação de tributos, legalização fundiária dos espaços, aumento da atividade econômica, valorização da terra, implementação de equipamentos urbanos, entre outras.

Entrementes, vale ressaltar que esses equipamentos e benfeitorias não vão beneficiar as populações expatriadas de suas localidades para viver nas periferias adensadas e, em geral, com condições urbanas desfavorecidas. O adensamento das

periferias, por sua vez, relaciona-se com a piora das condições de vida e dificultam a entrada do Estado como agente de desenvolvimento social. Destarte, abre-se espaço para formas alternativas de organização social e, em algumas situações, facilitam a tomada desses espaços por milícias ou organizações criminosas.

Quando observadas realidades concernentes a países mais desenvolvidos, que possuam níveis de desigualdade relativamente inferiores em relação aos países latino-americanos, percebeu-se que houve uma redução significativa dos índices de violência letal dos bairros gentrificados, levando a violência para as áreas periféricas a esses bairros. Isso pode ser demonstrado nos estudos de Barton (2020) e Valli (2020).

Os resultados de Barton (2020), em estudos aplicados a bairros gentrificados da cidade de Los Angeles, indicaram que houve redução da violência letal associada a gangues (quadrilhas), entretanto observou um aumento na violência praticada total e na violência letal não associada a gangues. Fazendo uma analogia, seria como se a violência agregada por quadrilhas de bandidos organizados tivesse sido reduzida, entretanto não se pôde observar redução na violência no varejo. A simples redução da presença das gangues circulando dos bairros não foi suficiente para reduzir a violência em geral.

Isso conduz a uma reflexão acerca das políticas públicas, pois o simples afastamento das gangues (quadrilhas) não conduz a uma redução dos diversos tipos de violência. Impende ressaltar que, de um modo geral, a gentrificação no caso brasileiro, vem acompanhada de um isolamento das classes mais abastadas em condomínios fortemente seguros.

É como se aquele espaço que ficou sem a ação de gangues passasse a ser observado como um novo 'mercado' para os criminosos no 'varejo'. Estes continuam a observar a área gentrificada como potencial para a prática de crimes. Ou seja, a solução para a questão da violência urbana não consiste em apenas afastar as camadas mais pobres, como algumas políticas parecem sugerir, necessita de uma engenharia social mais complexa, passando pela redução das desigualdades econômicas, mas também por mais inclusão urbana.

A abordagem está relacionada ao estudo de Valli (2020), que ao abordar duas histórias no bairro de Bushwick, em Nova Iorque, identifica uma significativa perda de identificação entre as pessoas que saíram das áreas gentrificadas, levando a uma percepção de violência destes em relação ao Governo e ao setor imobiliário. A violência percebida pode ser um indício para explicar as reações ocorridas em algumas comunidades. Algumas dessas reações, como o distanciamento por meio da segmentação social e o sentimento de alteridade na relação entre os cidadãos de diferentes classes, no âmbito da vida urbana. Sentimento esse que parece indicar que a clivagem social gerada pelos processos de gentrificação toca a alma das comunidades retiradas e consubstancia-se em valores culturais mais fortes.

É difícil inferir sobre o grau de ressentimento que fica e se sedimenta na comunidade. Como uma ferida que não sara completamente e, de vez em quando, abre e traz um sentimento de exclusão e abandono em relação ao poder público.

A percepção de isolamento e de que os governos e a própria classe dominante age sempre em conluio para defesa dos próprios interesses, pode estar associada a um grau de violência elevado nas relações entre as classes. Se, de um lado, há a percepção de uma violência simbólica, relacionada ao abandono e à falta de acesso às infraestruturas urbanas mais qualificadas, de outro pode haver uma resposta em desmedida violência nas áreas periféricas, além de uma maior suscetibilidade ao assédio e à influência do crime organizado.

Alves, Rocha e Rodrigues (2020) tratam a questão como um processo de limpeza. Para os autores:

É notório que a rua é um espaço que possibilita e cria histórias cotidianamente; contudo, pensar por esta perspectiva é, também, perceber o “muro simbólico” que a cidade vem erguendo e, a partir de tal, invisibilizando as pessoas, no sentido da produção de uma limpeza social, violando direitos como à vida e à cidade.

Embora não sendo o objeto do presente trabalho tratar a temática abordada como limpeza social, consoante aventado pelos autores supracitados, seus argumentos possibilitam abrir uma reflexão acerca do impacto da atuação do setor imobiliário e sua relação com as instâncias pública e social. Parece haver, no planejamento estratégico corporativo e nas políticas públicas, uma completa desconsideração das externalidades negativas de longo prazo a serem geradas na

cidade. A preocupação com a maximização intensiva do capital investido, associada à voracidade tributária do Estado conduz a uma mistura explosiva, que tem como consequência futura o aumento da sensação de alteridade e a consequente segmentação e segregação social. Uma dissociação que consolida um processo de clivagem e traz a violência como efeito colateral concreto e real. A violência concreta e simbólica do capital sobre as comunidades tem como contrapartida a legitimação de outras formas de violência social.

Graziano Sobrinho e Silveira (2017) consideram que o resultado da ação do setor imobiliário, da maneira que vem sendo realizada nas grandes cidades brasileiras, contribui para a manutenção de uma clara segregação social e de uma cultura do medo, tanto no sentido do receio da violência do outro, da violência policial, bem como pelo receio da reação do outro frente a uma interação social 'alienígena'.

Nesse sentido, há um reforço cada vez maior do processo de separação da cidade em virtude da distribuição das riquezas entre as classes sociais, reforçando um insulamento que vai além das questões econômicas. O afastamento e o isolamento social denota o quão temerária se tornou a convivência social por parte dos diversos atores.

A convivência com o outro-alienígena (distinto à classe de pertencimento) passou a ser vista como uma situação que amedronta, traz desconforto. Da mesma forma, os que não pertencem às moradias aquarteladas dos bairros mais abastados sentem-se impelidos a se afastarem daqueles espaços, traduzindo um muro invisível entre os cidadãos de diversas classes sociais.

Hughes (2004) assevera que as políticas públicas para enfrentamento da violência urbana não devem se ater a questões repressivas, mas também a aspectos socioeconômicos e urbanos. Para o autor,

...a questão da segurança pública, assim, não deve ser analisada separadamente da sociedade urbana com as características daquela aqui analisada, em que o Estado não desenvolveu instrumentos amplos de inclusão econômica, urbanística e social, (...) não há mais como enfrentar a violência unicamente sob a ótica da criminalidade – apresenta-se um novo caminho em que compreendê-la como forma de expressão dos conflitos e interesses diversos é essencial.

Dessarte, a ideia de conflito de interesses explica, em algumas circunstâncias, as relações urbanas violentas ou a violência desmedida, exacerbada entre grupos sociais e entre estes e o Estado.

CONCLUSÃO

O fato é que a violência nas cidades brasileiras e nas cidades do mundo, enquanto produto real de uma gênese que se origina de relações conflitantes no lócus urbano, não se explica apenas por aspectos jurídicos, da severidade das penas ou de sua aplicabilidade, como alguns estudos tentam fazê-lo. Da mesma forma, as diferenças de renda e de escolaridade também não são suficientes para explicar o fenômeno, assim como a ação do crime organizado também apresenta lacunas na compreensão do fenômeno da violência urbana no Brasil.

Assim, a consolidação dos resultados encontrados, a partir da modelagem revisional proposta e do tratamento dos achados identificados e perfilados com a problemática que delineou o fio de condução deste artigo, permite extrair convergências relevantes e norteadoras para o aprofundamento do tema em trabalhos futuros, principalmente os objetivados a uma revisão de caráter integrativo, entre as quais pontificam, as seguintes:

I) - Independentemente de se tratar de localidades e de espaços urbanos situados em nações mais desenvolvidas ou não, da leitura dos autores pesquisados, fica assente a identificação de uma lógica social reativa às políticas públicas no sentido de enobrecer ou privilegiar determinados espaços citadinos, dado que a captura da gestão urbana pela ação incisiva do capital imobiliário não passará despercebida pelos atores prejudicados (LEÃO JÚNIOR e BRITO, 2011, *op.cit*; ALVES et al, 2020, *op.cit*; GRAZIANO SOBRINHO e SILVEIRA, 2017, *op.cit*).

II) – Políticas públicas, mesmo que dissimuladas por um projeto social pretensamente mais inclusivo, ao mascararem as intenções gentrificadoras, inerentes aos interesses do capital financeiro, cedo ou um pouco mais tarde, serão desnudadas pela superficialidade

na busca de soluções que não resistem ao caráter impositivo de uma lógica paretiana de otimização focada na melhor modelagem possível de atenuação das desigualdades sociais e dos conflitos de interesses;

III) – Das consequências advindas de políticas públicas dissimuladas, referidas no item anterior, percebe-se que a indefectível constatação da validade de um jogo de interesses que não pode ser conduzido a uma condição de equilíbrio (jogo de soma zero), tal como ensinado por Harvey (1996, *op.cit*), ao desconsiderar a reação das outras partes interessadas, produz uma fenomenologia complexa que potencializa a progressão da violência (BARTON, 2020, *op.cit*: VALLI, 2020; *op.cit*)

IV) – As clivagens resultantes de um processo contínuo e superficial de enfrentamento das questões urbanas e do caráter conflituoso das relações sociais no meio urbano por parte da gestão local, as quais advêm da sua maior propensão em contemporizar ou empurrar para frente a adoção de políticas públicas mais eficazes, reforçam a crença dos autores, de que tal comportamento, antes de caracterizar uma falta de vontade ou inapetência gestora, configura uma reprodução sócio-histórica ou ancestral da existência de um déficit de cidadania que se amplia e se propaga no tempo;

V) – No Brasil, ao se rememorar as heranças de um passado histórico que originalmente definiu um sistema de distribuição de terras modelado pelas capitâneas hereditárias e pelo trabalho escravo, foi fácil o entendimento de que as agruras e os conflitos vivenciados, atualmente, pelos mais pobres nas cidades, principalmente no que se refere ao direito à moradia, resulta desse fado histórico que projetou no tempo o déficit de cidadania social, aludido no item anterior;

VI) – Da identificação de um déficit histórico de cidadania social, comum a alguns autores citados neste estudo, resta colocar um aspecto de fundamental importância a ser alvo de futura investigação,

em continuidade, ao trabalho em curso, a saber: os processos de inclusão social e de harmonização de conflitos são uma questão de políticas públicas de governo ou, efetivamente, de políticas públicas de estado, ou ainda, de um compartilhamento de responsabilidades?

Das considerações apresentadas como consequências do estudo, ora concluso, ficam as indicações sugestivas para a ampliação e atualização dos temas desafiadores que envolvem o viver nas cidades em tempos de aceleradas mudanças nos hábitos, na cultura, nos costumes e nos novos olhares, que como seres viventes, e, crescentemente urbanoides, estamos conhecendo no epicentro de uma pandemia e nos avanços e saltos que a tecnologia incorpora à vida de cada um. Tais mudanças, por certo, compõem ingredientes a mais a serem incorporados a esse complexo caldeirão pleno de etnias, de raças, de gêneros, de credos, de esperanças e de desilusões, onde se mistura, ferve e evolui a conturbada trajetória das urbes brasileiras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, P. A Cidade Caleidoscópica: coordenação espacial e convenção urbana. 1a Edição. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- ALVES, A. F. S. .; ROCHA, R. V. de S. .; RODRIGUES, . I. L. S. . “DIZ EM QUE CIDADE QUE VOCÊ SE ENCAIXA, CIDADE ALTA OU CIDADE BAIXA?": GENTRIFICAÇÃO E A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DE SALVADOR/BA. Boletim de Conjuntura (BOCA), Boa Vista, v. 4, n. 12, p. 114–130, 2020. DOI: 10.5281/zenodo.4281458. Disponível em: <http://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/22>. Acesso em: 30 ago. 2021.
- BARTON, Michael S. et al. “Gentrification” in the Barrio: examining the relationship between gentrification and homicide in East Los Angeles. *Crime & Delinquency*, v. 66, n. 13-14, p. 1888-1913, 2020.
- BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. A construção social da realidade. Editora Paz e Terra, 2004.
- BOTELHO, Louise L. R; CUNHA, Cristiano C. de A.; MACEDO. Marcelo. O MÉTODO DA REVISÃO INTEGRATIVA NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS. GESTÃO E SOCIEDADE · BELO HORIZONTE · VOLUME 5 · NÚMERO 11 · P. 121-136, MAIO/AGOSTO 2011.

- CANETTIERI, Thiago. A metropolização da pobreza de São Paulo: dinâmica imobiliária, violência e a organização socioespacial da metrópole. **Geografares**, n. 21, p. 61-78, 2016.
- GLAESER, Edward L.; KAHN, Matthew E. Sprawl and urban growth. **Handbook of regional and urban economics**, v. 4, p. 2481-2527, 2004.
- GRAZIANO SOBRINHO, Sergio Francisco; SILVEIRA, Clóvis Eduardo Malinverni da. Meio ambiente urbano, medo e exclusão social: a continuidade entre os processos de gentrificação e a gestão da violência no Brasil. *Revista Direito & Paz*, v. 2, n. 37, p. 154-178, 2017.
- HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. São Paulo, *Espaço e Debates*, nº 39, 1996, p. 48-64.
- HOBBSAWM, Eric J.. Nações e Nacionalismo desde 1780. Ed. Paz e Terra. São Paulo-SP, 1998.
- HUGHES, P.J.A. SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E VIOLÊNCIA NA CIDADE DE SÃO PAULO - referências para a formulação de políticas públicas. *SÃO PAULO EM PERSPECTIVA*, , 18(4): 93-102, 2004.
- LEAL,S.R. Fetice da Participação Popular:novas práticas de planejamento, gestão e governança democrática no Recife-Brasil. 1a. ed.Recife: Companhia Editora de Pernambuco-CEPE, 2004.
- LEÃO JÚNIOR, F. P. S.; BRITO, C. S. Espacialização Urbana fundamentada em preferências de renda: um estudo na Cidade do Recife-PE. *Humanæ*, v.1, n.4, p. 01-18, Ago. 2011.
- MENDES, Luís Filipe Gonçalves. As novas fronteiras da gentrificação na teoria urbana crítica. **Cidades**, v. 12, n. 20, 2016.
- ROLNIK, Raquel et al. O Programa Minha Casa Minha Vida nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas: aspectos socioespaciais e segregação. **Cadernos Metr pole.**, v. 17, n. 33, p. 127-154, 2015.
- ROSENTHAL, S. S. Old homes, externalities, and poor neighborhoods: a model of urban decline and renewal. *Journal of Urban Economics*, n.63 , 2008, p.816–840.
- SASSEN, Saskia . As cidades na economia mundial. São Paulo: Studio, 1998.
- SILVA, M. C. ; SILVA, S. Etnicidade, subclasse e exclusão social: uma comunidade cigana em Oleiros Vilaverde - noroeste de Portugal, *Revista Latina de Sociologia*, nº 1: 209-223.
- VALLI, Chiara. **Emotional displacement**: Misrecognition, symbolic violence, and loss of place. In: *Housing Displacement*. Routledge, 2020. p. 67-81.
- SANTANA, Hedian z Aparecida de Souza Reginaldo et al. **UPPs: gentrifica o e exclusão social na era do empresarialismo urbano**. Universidade Federal de Juiz de Fora: Juiz de Fora, 2016.
- UNESP. TIPOS DE REVISÃO DE LITERATURA. **Texto & Contexto** – Enfermagem, Florianópolis, v. 17, n. 4, Oct./Dec. 2008 Disponível em: <https://www.fca.unesp.br/Home/Biblioteca/tipos-de-evisao-de-literatura.pdf>
- ZÜRCHER, Patrícia F. F. Pobreza, desigualdades sociais e a questão da moradia: desafiando a teia. **Revista Libertas**, vol.19, n.1(jan-jul 2019).